

Política Regional em novos moldes: mais educação e menos subsídios

Pedro Cavalcanti Ferreira,

Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getulio Vargas.

As estratégias de desenvolvimento brasileiro e regional nas últimas décadas privilegiaram políticas de inspiração estruturalista que, em linhas gerais, centravam seus esforços na industrialização. A nível nacional esta política propunha substituição de importações com barreiras ao comércio exterior, financiamento de setores estratégicos via mecanismos de poupança forçada, ação direta do estado em infra-estrutura e setores “estratégicos.” A nível regional, propunha-se incentivos fiscais, subsídios e outros incentivos para a atração de indústrias.

Embora bem sucedido em várias dimensões – veja-se o acelerado crescimento da economia brasileira nas décadas de 50 a 70 – este conjunto de políticas não foi suficiente para reduzir significativamente os níveis de pobreza ou de desigualdade do país. Ao contrário, por darem importância secundária a investimentos em educação e devido a regressividade dos mecanismos de poupança compulsória, estas políticas exacerbaram estes problemas.

Desta forma, crescimento acelerado por si só, devido principalmente à péssima distribuição desigual da renda, não será suficiente para resolver os problemas sociais do país e muito menos nas regiões mais pobres. Por exemplo, simulações para o estado do Ceará mostram que se o estado crescer por 7 anos a taxa de 4% per capita (mantendo fixa a distribuição de renda), o nível de pobreza se reduzirá somente em cerca de 10%, já que a renda dos mais pobres está hoje em um patamar muito baixo. Assim, sem uma mudança na ênfase de política, muitos anos serão necessários para que o desenvolvimento humano na região alcance níveis mais aceitáveis e próximos dos líderes nacionais.

Nosso diagnóstico é que o problema da pobreza na região está ligado a uma concentração de tipos de indivíduos com características – principalmente pouca escolaridade e baixa qualificação - que fazem que sua renda seja pequena. Em outras palavras, a renda de um trabalhador nordestino típico e um brasileiro médio com características semelhantes está próxima (por exemplo: a renda de um trabalhador analfabeto do Ceará é somente 9% menor que a média nacional), mas por haver relativamente muitos trabalhadores pouco qualificados na região, a renda média do trabalhador nordestino é marcadamente menor que a média nacional. Isto se deve, em larga medida, porque o padrão de educação da população em idade ativa e dos ocupados **cearenses, e do nordeste** como um todo, é muito baixo para padrões brasileiros. Cerca de 26% dos cearenses em idade ativa são analfabetos enquanto apenas 3.7% possuem 12 anos ou mais de estudo. Estas estatísticas atingem 13.5% e 8% quando consideramos o país como um todo.

Já existe bastante evidência, tanto a nível microeconômico quanto macroeconômico que distribuição de renda e pobreza são causados em grande medida por fatores educacionais. Assim, para combater a pobreza, portanto, necessita-se, primordialmente, de uma política de educação para a população como um todo, inclusive adultos, e (em segundo plano) de qualificação da mão-de-obra. Adicionalmente, programas pesados de investimentos em infra-estrutura são essenciais para complementar o efeito de investimentos em educação, já que o déficit da região ainda é grande e estatística de eletrificação e estradas de rodagem, por exemplo, mostram grande atraso relativo do Nordeste. Por fim, programas diretos de combate a pobreza e programas de saúde e infra-estrutura social – saneamento, por exemplo - afetarão diretamente a qualidade de vida da população da região.

Em suma, se buscamos reduzir pobreza, obter uma distribuição de renda mais justa e ao mesmo tempo garantir crescimento a taxas razoáveis, a prioridade máxima deve ser dada a educação e em segundo plano infra-estrutura. **Aqui falar das políticas anteriores: incentivo fiscais, guerra fiscal, ford, sudene, finor, etc.**

Um programa de redução de desigualdade regional e de combate à pobreza (o que essencialmente são as mesmas coisas) baseado somente em atração de capitais e em

investimentos físicos – instalações de fábricas na região, por exemplo – mesmo que em setores tecnologicamente avançados, embora vá ter um impacto sobre crescimento e pobreza, este será muito localizado e de benefício bastante concentrado. O que se precisa é reconhecer que se educação não estiver no centro das decisões de política econômica, a situação social do região melhorará a um ritmo muito lento e poderá mesmo se deteriorar durante períodos recessivos. Repetir políticas do passado significa simplesmente repetir erros do passado, já que as políticas de desenvolvimento regionais foram incapazes de reduzir significativamente o atraso relativo da região.